



Marília
Golfieri
Angella

apresentação-curriculo estendido

ATIVIDADES



ADVOGADA
PESQUISADORA
PROFESSORA



MARÍLIA GOLFERI ANGELLA

- Professora Colaboradora do FGV LAW – Pós-Graduação de Processo Civil – Mediação e Conciliação (2021-*atualmente*);
- Professora Colaboradora do FGV LAW – Pós-Graduação de Planejamento Patrimonial e Sucessório – Direito de Família (2022-*atualmente*);
- Mestre em Processo Civil, USP/Universidade de São Paulo, com pesquisa empírica sobre acesso à justiça no Estatuto da Criança e do Adolescente (2023);
- Pós-graduada em Direito das Famílias e Sucessões, Universidade Cândido Mendes/IBDFAM (2022);
- Formação em Advocacy: Teoria e Prática, Fundação Getúlio Vargas/FGV (2018).



MARÍLIA GOLFERI ANGELLA

- Bacharel em Direito, Universidade Presbiteriana Mackenzie (2008-2013).
- Associada ao IBDCria – Instituto Brasileiro de Direito da Criança (2023-*atualmente*);
- Integrante da Comissão de Infância e Juventude da OAB-SP (2022-*atualmente*);
- Integrante da Comissão de Infância e Juventude do IBDFAM-Brasil (2020-*atualmente*);
- Conselheira de Ética e Compliance, ONG Multiplicando Sonhos (2021-*atualmente*);
- Vice-Presidente da Comissão Especial do Direito à Adoção da OAB-SP (2019).



Valores

ORGANIZAÇÃO / ALEGRIA
TRANSPARÊNCIA / SENSIBILIDADE
COERÊNCIA / COMPROMISSO

A singularidade de Marília está na forma como ela consegue demonstrar aos seus clientes que ela é capaz de resolver os problemas deles, se posicionando e os defendendo com maestria e firmeza, sem deixar sua sensibilidade de lado.

Esse lado sensível de Marília, é o que sabe *escutar e acolher* as dores das pessoas, sabendo passar *tranquilidade, segurança e confiança* para cada um de seus clientes.



Minha singularidade





1. ACOLHIMENTO

Marília se comunica com um tom de voz que acolhe e faz com seus clientes se sintam em casa. Parece que eles estão se comunicando com alguém que eles conhecem há muito tempo. Suas palavras expressam sensibilidade, afeto e atenção. Sem deixar de ser firme, Marília consegue acolher e também demonstrar o melhor caminho a ser seguido.



2. LEVEZA

Ela busca tornar seu discurso prático para seu interlocutor: descomplicando, gerando conexão e proximidade. Por mais que use termos jurídicos, Marília sempre os explica para que seu cliente também tenha conhecimento do que ela está falando. Assim, ela busca gerar autonomia e confiança para o cliente.





3.POSICIONAMENTO

Para se posicionar de forma assertiva para seu cliente, Marília escuta bastante. Ela busca entender e acolher as dores de seus clientes, analisar melhor caminhos a serem seguidos, apresentá-los e incentivar que o cliente possa tomar a sua melhor decisão. O posicionamento de Marília é firme, sempre pontua quando não concorda com algo, mas de forma pacífica e atenciosa, sem parecer prepotente ou arrogante.



ODS/ONU

Advocacia solidária
(*pro bono*)



ACESSO À JUSTIÇA COMO EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Com base no conceito de acesso à ordem jurídica justa, conforme as lições do Prof. *Kazuo Watanabe*, entendendo que **acesso à justiça** é, também, exercício da cidadania, nossa atuação não se limita ao aspecto judicial, de modo que estimulamos e financiamos ações de voluntariado voltadas aos pilares fundamentais do nosso negócio, alinhados com nossos propósitos por um país mais justo, igualitário e sustentável.

Objetivando a proteção das vulnerabilidades e a promoção da meta 3 do ODS/ONU n. 16 (*"promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos"*), realizamos atendimentos solidários e gratuitos para a população economicamente menos favorecida.



ATENDIMENTOS *PRO BONO* advocacia solidária

- ✓ ONG Bem Querer Mulher (atendimento multidisciplinar de mulheres vítimas de violência doméstica), Zona Oeste/SP;
- ✓ Instituto PROF (educação de crianças e adolescentes), Paraisópolis/SP;
- ✓ Fundação Francisca Franco (educação de crianças e adolescentes/atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica em abrigo sigiloso), Centro/SP;
- ✓ Atendimentos prestados para famílias em situação de vulnerabilidade no âmbito do Direito de Família e Infância e Juventude, especialmente mulheres e crianças com direitos violados.



ODS/ONU

Acesso à informação
de qualidade
(*Direitos e Cidadania*)



EMPODERAMENTO EM DIREITOS

palestras e jornais

- ✓ Palestras para funcionários do Núcleo de Prevenção da Violência da Região Sul de São Paulo/SP (NPV/UBS/SPVV/CRAS/CAPS) sobre violência doméstica, intrafamiliar e de gênero;
- ✓ Palestras OAB/SP e Rede ALESP sobre Infância e Juventude, acolhimento e adoção.



EMPODERAMENTO EM DIREITOS

palestras e jornais

- ✓ Ciclo de formação para educadores do CEI Baroneza de Limeira em Violência Doméstica e Sexual contra mulheres, crianças e adolescentes (2021);
- ✓ Palestras às famílias atendidas pelo CEI Baroneza de Limeira sobre modos de operação da violência contra crianças e adolescentes e violência doméstica (2021).



EMPODERAMENTO EM DIREITOS palestras e jornais

- ✓ Palestra BAND sobre acessibilidade nas Cidades;
- ✓ Coluna Jornal Araraquara News;
- ✓ Coluna Infância e Juventude, Portal Migalhas;
- ✓ Coluna Espaço do Povo, Paraisópolis/SP;
- ✓ Outras publicações esparsas disponíveis no *site* da Prestadora de Serviços:
 - ✓ <https://golfieriangellica.com.br/>



PCD acessibilidade



Guarda de filhos



Fonte:
<https://golfieriangelina.com.br/2019/08/programa-saude-mulher-moderna/>





Ramalhete de
Margaridas Coloridas

R\$ 119,90



Cesta de Margaridas
Coloridas

R\$ 129,90



Isabela Flores

**Art. 227 – Proteção
crianças e
adolescentes /
sociedade**



Economia / Sua Carreira

Empresa também é responsável por filhos de funcionários, diz advogada

Especialista em direito da mulher defende que corporações criem ações afirmativas para apoiar famílias, reter talentos e impactar produtividade; veja dicas

Fonte: <https://economia.estadao.com.br/noticias/sua-carreira,empresa-tambem-e-responsavel-por-filhos-de-funcionarios-diz-advogada,70003797285>



Papel da advocacia na Infância e Juventude



Os Direitos da criança e do adolescente na Pesquisa, no Ensino e na Prática - Terceiro encontro



Exposição de crianças e adolescentes na internet sob a ótica da proteção estatal e familiar

Marília Golfieri Angella*

12 de maio de 2021 | 06h40

Fonte: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/exposicao-de-criancas-e-adolescentes-na-internet-sob-a-otica-da-protecao-estatal-e-familiar/>

Riscos às crianças e adolescentes com a exposição na internet



Fechamento das escolas na pandemia

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=b1_gS1mZWU&t=480s



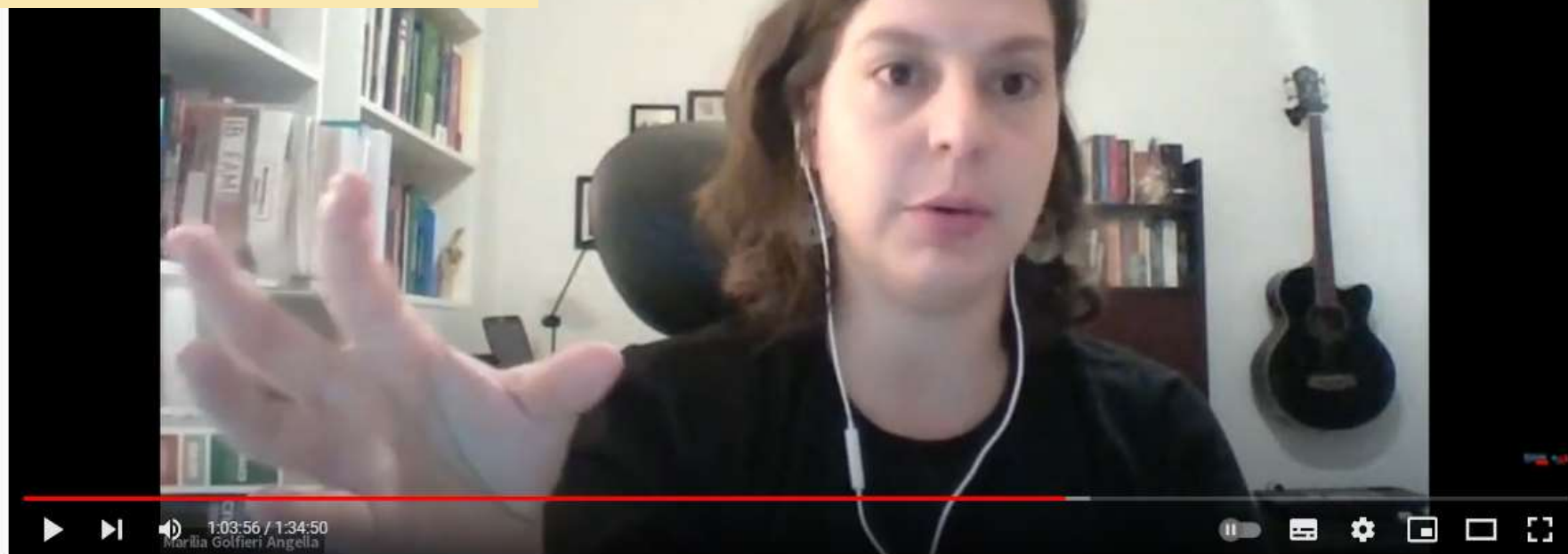
Acolhimento institucional e adoção de crianças e adolescentes



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=86P1es1xiAo>



Adoção de crianças e adolescentes



Webinar: Adoção inter-racial

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=-BN48_opuKg&t=204s



Adoção de crianças e adolescentes



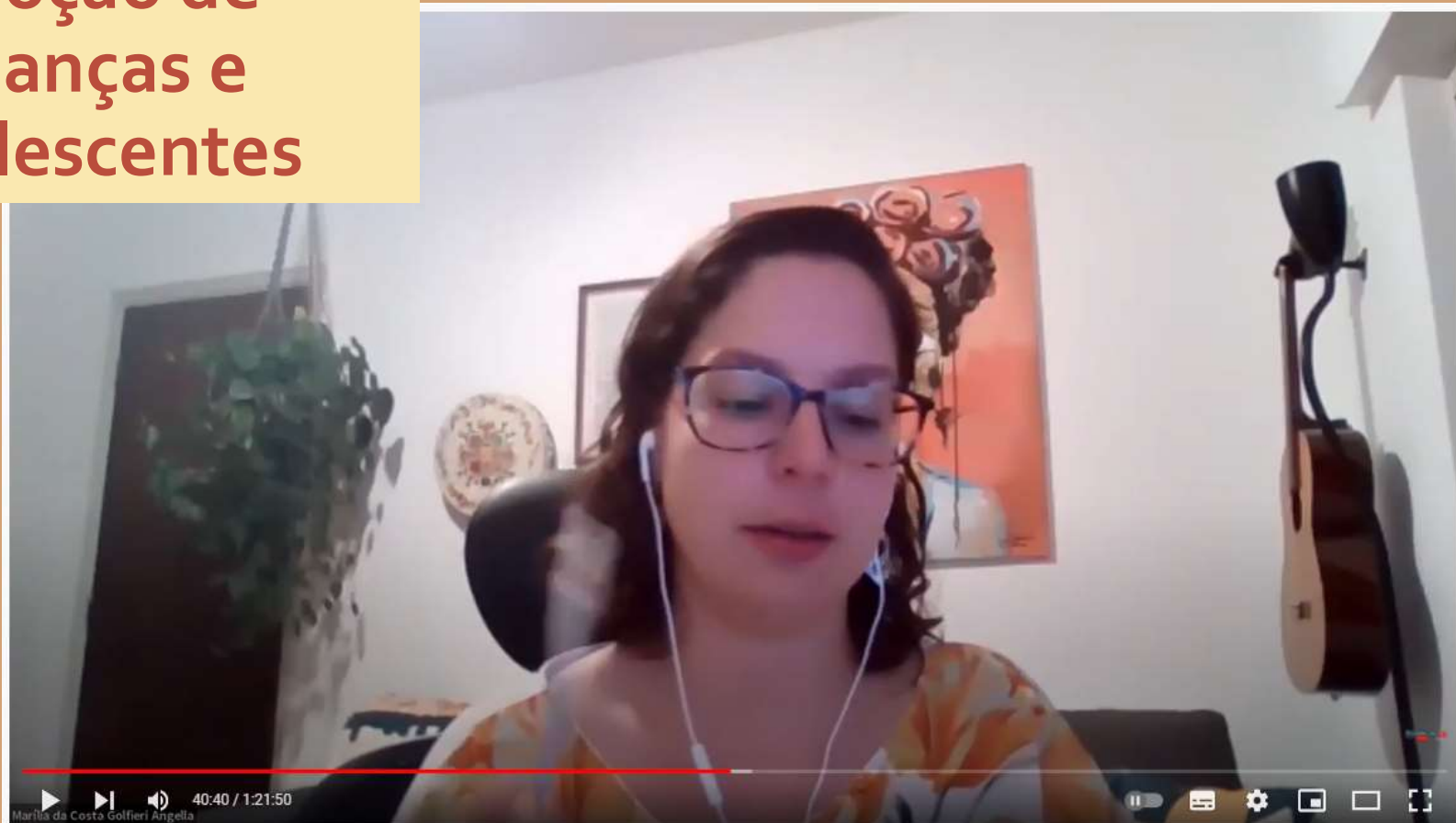
Mudança do nome registral após adoção

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=__EUjXdhuLA&t=174s



Adoção de crianças e adolescentes

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=EXx9SYNgtOE&t=134s>





CERTIFICADO

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por sua
Comissão de Cultura e Eventos
certifica que a

DRA. MARÍLIA DA COSTA GOLFERI ANGELLA

proferiu palestra online sobre o tema

**ADOÇÃO - O FILHO QUE NÃO SE DEVOLVE
E A FAMÍLIA QUE NÃO SE REVOGA**

São Paulo, 14 de maio de 2021.

Dr. Caio Augusto Silva dos Santos
Presidente da OAB SP

Dr. Evandro Andaku
Presidente da 116ª Subseção

Dr. Alexandre Luis Mendonça Rollo
Presidente da Comissão de
Cultura e Eventos da OAB SP

**Direitos de
crianças e
adolescentes na
adoção**



Violência contra crianças



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=szInesOnlMM>



Violência doméstica



Violência patrimonial e independência financeira da mulher – Por Marília Golfieri

ESPAÇO DO POVO



espacodopovo Violência Patrimonial é um tipo de violência doméstica e consiste na conduta do homem (ou da mulher, se lésbica) – e não só do marido, mas qualquer outro membro da família ou que more junto – que possa subtrair, destruir, ainda que parcialmente, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens e valores destinados à sobrevivência da mulher e família. São exemplos: furar pneus do carro para impedir deslocamento, controlar o dinheiro, receber em nome dela o salário ou benefício do Governo, deixar de pagar pensão alimentícia, destruir objetos pessoais ou da casa, usar o cartão sem avisar, fazer dívidas em nome da mulher, entre outros.



Curtido por frankiki_rodrigues e outras 4 pessoas

HÁ 7 DIAS



Adicione um comentário...

Publicar

Fonte: https://www.instagram.com/p/CYFMA4BLO4D/?utm_medium=copy_link



Enfrentamento de violência doméstica

Valor | Legislação

Quatro ministros do Supremo votam contra o direito ao esquecimento

Apenas para o ministro Edson Fachin, esse direito foi recepcionado pela Constituição Federal

Por Adriana Aguiar, Valor — São Paulo

10/02/2021 20h25 · Atualizado há 11 horas

Constitucional Para os julgadores, eventuais abusos devem ser analisados caso a caso

Ministros do Supremo rejeitam o direito ao esquecimento

Adriana Aguiar
De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) negou, por maioria de votos, a existência do chamado direito ao esquecimento no ordenamento jurídico brasileiro. Cautela: defluiu uma proposta



Em uma sessão pública do STF, os ministros votaram contra o direito ao esquecimento.

agora que vinha se ex-
no Brasil, que buscava
ações do sistema de
internet, impedir a veri-
documentários e re-
históricas.

do baseada na tese do
lus Toffoli, segundo ele,
o combater o compro-
bilidade de informação
em todos os seus aspectos,
o direito fundamental da Con-
stituição, com a proteção pessoal
do direito da personalidade. Com o
julgamento, diz, ficou claro que
existe total liberdade de violação
de informações obtidas por
meios lícitos e só pode haver alguma
responsabilização se houver
violação (isto é, lei).

"É um avanço para a democracia
do país porque o direito ao
esquecimento vinha se tornando
um argumento para inervar
as produções de verificação de
artefícios, que poderia fazer um
grande estrago tanto na mídia

impressa, televisiva, ou inter-
net", afirma.

O advogado que assessoria os
familiares de Ayla Catti, Roberto
Almeida Filho, do Algora, e Mo-
rão Advogados Associados, dis-
se que, apesar de acreditar
que o direito ao esquecimento
mereceria ser ratificado, mesmo
sem o seu reconhecimento pela
maioria dos ministros, indico-
te que existe a necessidade de
uma maior proteção ao indivi-
duo que o Judiciário está aberto
para receber as pessoas que se
julgam afetadas por surtos
não voluntários e abusos.

Patrícia Helena Martins, sócia
de Razzini e Advogados, diz que
"o Supremo reconheceu que
o direito ao esquecimento se
harmoniza com os princípios
constitucionais essenciais a um
Brasil democrático, como a veri-
ficação à censura, o direito de libe-
dade de expressão, de se infor-
mar e de se ser informado". É acre-
ditado.

crida: "Mas uma vez, como tribu-
nal constitucional prestigioso a li-
bre manifestação dos pensamen-
tos, do cara ao nosso país."

Especialista em advocacia fa-
miliar, direito da mulher e da

criança e do adolescente, a advo-
gada Mariana Góes Angella, só-
cia do escritório que leva seu no-
me, afirma que o julgamento é
um ganho social. "A violação de
grupos só se combate com acesso
amplo à informação, inclusive
porque o feminicídio, em que se
reconhece positivamente, é
histórico e estrutural em nosso
país", diz.

De acordo com a advogada, é
importante lembrar que há uma
sobrecarga considerável em
crimes desta natureza, "muitas
vezes praticados na esfera priva-
da, tomados por medo e insegu-
ra, de modo que, como acontece
o ministro Luiz Fux, os casos que
são trazidos à mídia se tornam
fatos de interesse público".

mação ou, nos casos de sites de
busca, a "desindexação" — situa-
ção em que a publicação é mantida,
mas deixa de aparecer nos
primeiros páginas de resultados.

Objetivo do esquecimento é um
previsão legal expressa no
Brasil, mas vinha sendo aplicado
em alguns processos judiciais.
Este recurso começou a ser des-
coberto na Europa no pé-
gundo para lidar com notícias
que responderam perante à ju-
riça por papéis secundários nos
sistemas de justiça.

Mas recentemente ganhou
autenticidade por meio do caso do

no voto do relator, ministro Dias
Toffoli. Para ele, a ideia de direito
ao esquecimento é incompatível
com a Constituição. E acrescenta:
eventuais excessos ou abusos
no exercício da liberdade de
expressão e de informação de-
vem ser analisados caso a caso a
partir de parâmetros constitu-
cionais, como proteção à honra,
e previstos legais em âmbito
penal e civil.

Para o advogado que assessorou
a TV Globo no processo,
Gustavo Buzzein, sócio do
G&A Advogados, o julgamento
deve indicar uma espécie de in-

Fonte:
<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2021/02/11/suprem-o-j-tem-maioria-de-votos-contr-o-direito-ao-esquecimento.ghtml>



Ministros do Supremo votam contra o direito ao esquecimento

Adriana Aguiar
De São Paulo

Quatro ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) já votaram contra a existência do chamado direito ao esquecimento — que

na passada com um longo voto do relator, ministro Dias Toffoli, contra o direito ao esquecimento. Foi suspenso em decorrência do horário. O ministro Roberto Barroso preferiu se abster de participar por declaração de suspeição.

o julgamento foi retomado pelo voto do ministro Nunes. No caso concreto, ele apóia o relator para entender que a família deve ser indenizada pelo ministro Fachin, contra o direito ao esquecimento. Recepcionado pela Constituição, a situação em questão afirma não poderia ser aplicado e a direito a indenização.

O ministro Alexandre de Moraes fez um apanhado sobre os casos julgados em outros países como França, Alemanha, Bélgica, Inglaterra para dizer que deve prevalecer a liberdade de imprensa, mas que essa liberdade tem que ser feita com responsabilidade e que isso terá que ser analisado caso a caso.

Para ele, no caso analisado, foi um crime de comoção nacional. "Mas a história não se apaga", disse. O Judiciário, acrescentou, não pode interferir na liberdade jornalística,

independentemente da gravidade da situação. Ele lamentou o sofrimento causado à família, mas afirmou que, como a reportagem, apesar das balizas sensacionalistas do programa, limitou-se aos fatos, não haveria direito à reparação.

Última a votar, a ministra Rosa Weber disse que a liberdade de imprensa é plena e insuscetível de ser limitada, como afirma a Constituição no artigo 220. E que o pleno do Supremo já declarou, na ADPF 130, que a antiga Lei de Imprensa (Lei nº 5252 de 1967) não foi recepcionada pela Constituição.

"Necessidade de autorização traduz sim em censura prévia e traz uma reintrodução do espírito autoritário, expurgado pela nossa Constituição", disse. Ela acrescentou que "esse crime horroroso, tratado na ação, não deve jamais ser esquecido para que não ocorram mais fatos como esse".

A advogada Patricia Helena Martins, sócia de TozziniFreire Advogados, concorda com a maioria dos votos até então proferidos. Não há, afirmou, direito ao esquecimento como categoria jurídica autônoma. "Esse reconhecimento



Rosa Weber: liberdade de imprensa é plena e insuscetível de ser limitada

configuraria restrições às liberdades de expressão, de imprensa e do direito de informar e ser informado, além de censura prévia." Ela ressalta, contudo, que nos casos concretos, se configurado abuso, cabe responsabilização.

Especialista na área de família, Marília Golfieri Angella, sócia do escritório que leva seu nome, ressalta que o caso Aída Curi trata de um feminicídio ocorrido na década de 50 "e ainda hoje nós mulhe-

res somos vítimas de crimes simplesmente por sermos mulheres, nos tornando mais vulneráveis".

Para ela, o papel da mídia é fundamental para jogar luz na pauta da violência contra a mulher, para relatar crimes ocorridos, garantindo acesso amplo à informação por parte da sociedade. "Assim, outras mulheres passam a ter a chance de evitar situações periclitantes e, também, de identificar possíveis relacionamentos abusivos."

Enfrentamento de
violência
doméstica

na consolidação de uma jurisprudência a favor da liberdade de expressão no STF.

O caso julgado trata de uma ação movida pelos familiares de Aída Curi, assassinada em 1958, contra a TV Globo, que exibiu uma reportagem sobre o crime no programa Linha Direta, em agosto de 2004. A família pede indenização por alegar que não autorizou o uso de imagem de Aída e de outros familiares e a veiculação da reportagem.

O julgamento começou na sema-



Enfrentamento de violência doméstica

AO VIVO

DIREITO AO ESQUECIMENTO E DIREITO DA MULHER

ESPECIALISTA EXPLICA O IMPACTO DA LEI

58:55 / 5:07:56

#JovemPan

PAN NEWS SÁBADO - 06/02/21 - AO VIVO

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=VHChXgKN-AM&t=3013s>



Enfrentamento da violência doméstica e intrafamiliar

O papel da advocacia feminina no enfrentamento da violência doméstica

Marília Golfieri Angella*

27 de março de 2021 | 04h30

DESTAQUES EM POLÍTICA

Lei obriga síndico a denunciar violência doméstica; prédio usa botão de socorro

Ao menos 16 Estados e o Distrito Federal criaram regras nos últimos dois anos, alguns com aplicação de multas, o que acabou vetado em São Paulo

Leon Ferrari, O Estado de S.Paulo

25 de setembro de 2021 | 05h00

PUBLICIDADE



Fontes: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/o-papel-da-advocacia-feminina-no-enfrentamento-da-violencia-domestica/> e <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,lei-obriga-sindico-a-denunciar-violencia-domestica-predio-usa-botao-de-socorro,70003850142>



“

Consentimento só existe acima de 14 anos. Pessoas que tenham algum tipo de deficiência intelectual, que estejam drogadas ou medicadas também são incapazes de consentir”

Marília Golfieri Angella, advogada especializada em Direito da Mulher

#AqueleAssunto

Existem casos em que a pessoa não é capaz de consentir a atos sexuais, pois não tem consciência. E das consequências, então é sempre sinal vermelho:

Pessoas abaixo de 14 anos, que tenham algum tipo de deficiência intelectual, estejam drogadas, medicadas e que não possam apresentar resistência são consideradas incapazes de consentir

— advogada Marília Golfieri Angella



Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

Fonte:

<https://www.estadao.com.br/infograficos/educacao,aquele-assunto-do-bate-papo-em-familia-ao-namoro-pos-pandemia-de-covid,1190311#consentimento>

https://www.instagram.com/p/CTPsF5Urf_oO/?utm_medium=copy_link



COMPORTAMENTO

Linha tênue do consentimento: respeite o “não” dito nas entrelinhas

Os limites nem sempre são mencionados, mas devem sempre ser respeitados.

**Enfrentamento da
violência sexual contra
adolescentes**
informação ao público jovem

Fonte: <https://wpp.todateen.com.br/linha-tenue-do-consentimento-respeite-o-nao-dito-nas-entrelinhas/>



DR **JAIRO BOUER**

NOTÍCIAS VÍDEOS PODCASTS PALESTRAS E-BOOK STORIES COLUNISTAS ▾ TEMAS ▾

BUSCA



Leia » Saúde

ELE TIROU A CAMISINHA NO MEIO DO SEXO E NÃO ME AVISOU, E AGORA?

Fonte: <https://doutorjairo.uol.com.br/leia/ele-tirou-camisinha-no-meio-do-sexo-e-nao-me-avisou-e-agora/>

**Enfrentamento da
violência sexual
informação ao público**

DR **JAIRO BOUER**

NOTÍCIAS VÍDEOS PODCASTS PALESTRAS E-BOOK STORIES COLUNISTAS ▾ TEMAS ▾

BUSCA



Leia » Dúvida

RECEBI UM NUDE NÃO SOLICITADO, E AGORA? ADVOGADA EXPLICA PASSO A PASSO

Fonte: <https://doutorjairo.uol.com.br/leia/recebi-um-nude-nao-solicitado-e-agora-advogada-explica-passo-passo/>



6 ago. 2018 às 20h54

Vizinhos devem 'meter a colher' contra violência doméstica, dizem advogados



TA DE FEMINICÍDIO

SENS DE CÂMERAS DE SEGURANÇA MOSTRAM AGRESSÃO À ADVOC

Imagens de câmeras de segurança do prédio mostram agressões do marido suspeito pela morte da advogada Tatiane Spitzner, 29 (Foto: Reprodução/G1)

FOLHA DE S.PAULO



Enfrentamento da violência doméstica *informação ao público*

Fonte:

<https://tudomaisumpouco.blogfolha.uol.com.br/2018/08/06/vizinhos-devem-meter-a-colher-contra-violencia-domestica-dizem-advogados/?loggedpaywall>



Lei obriga síndico a denunciar violência doméstica; prédio usa botão de socorro

Ao menos 16 Estados e o Distrito Federal criaram regras nos últimos dois anos, alguns com aplicação de multas, o que acabou vetado em São Paulo

**Enfrentamento da
violência doméstica**
informação ao público

Fonte:

<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,lei-obriga-sindico-a-denunciar-violencia-domestica-predio-usa-botao-de-socorro,70003850142>



ODS/ONU

**Compromisso de
responsabilidade
social**

**2 FOME ZERO
E AGRICULTURA
SUSTENTÁVEL**



DOAÇÃO FINANCEIRA

destinação de recursos para ações de responsabilidade social

- ✓ Movimento FOME DE AÇÃO;
- ✓ Bazar Fundação Francisca Franco;
- ✓ Liga do Bem (causa animal na cidade de Botucatu/SP);
- ✓ Apoio financeiro emergencial prestado individualmente para mulheres vítimas de violência doméstica atendidas em nosso projeto *pro bono*.



campanha FOME de AÇÃO

Estamos no pior momento da pandemia no país. Com o agravamento da crise econômica, mais da metade dos lares brasileiros enfrentam insegurança alimentar e a fome é uma realidade.

Mesmo com grandes campanhas nacionais acontecendo, milhões de pessoas continuam sem receber ajuda. Por isso, precisamos fazer as doações de alimentos **chegarem mais longe**.

17 PARCERIAS
PELAS METAS



Quem já faz parte dessa aliança?





SOMOS UMA SÓ CONEXÃO

Se não cuidarmos uns dos outros e do meio ambiente, não veremos o futuro. Estamos conectados em redes e não percebemos que as redes existem.

OBRIGADA.

 11 9 8184 3171

 www.golfieriangella.com.br

 marilia@golfieriangella.com.br

